AESE
ESCOLA DE DIRECÇÃO E NEGÓCIOS

Publicação: quinzenal
Director: J.L.Carvalho Cardoso
Editor e Proprietário: AESE
Impresso por: Cromaticamente
Depósito legal: nº 21228/88
Preço: € 1

CORREIO DA AESE

23º Ano
Nº 550, 1-2-2011

DOCUMENTAÇÃO

GRANDES ESPERANÇAS EM ÁFRICA, À PROVA DE DECEPÇÕES

Em 2010, cerca de 20 países africanos - sobretudo antigas colónias francesas - festejaram o 50.º aniversário da sua independência. Nos próximos três anos, a maioria da África anglófona fará o mesmo. Meio século propicia que se possa fazer um balanço dos êxitos e das frustrações desde que os africanos tomaram o seu destino nas suas próprias mãos. A região da África oriental e central, e a República Democrática do Congo (RDC) revelam diversas facetas deste balanço.

Ao fazer um balanço da época colonial, a «lenda negra» defendida por muitos historiadores e romancistas afirma: a *Bíblia* chegou na companhia da espingarda e do homem de negócios. Não é totalmente verdade. A espingarda já tinha chegado juntamente com os comerciantes árabes de escravos, e o homem de negócios estava a operar a partir dos portos da costa há vários séculos.

O maior contributo dos finais do século XIX e do início do século XX foi o do missionário, que o catolicismo levou para os países de colonização latina e para grandes extensões da África oriental e meridional anglófona.

Com a *Bíblia*, que traduziram com todo o cuidado para as línguas vernáculas, e com a liturgia, os missionários estabeleceram o «complexo missional», que incluía igreja, convento, escolas e hospital. Muitos anos depois, as escolas e os hospitais católicos oferecem ainda hoje o melhor serviço - o mesmo se passando na luta contra a SIDA -, e muitos não católicos e muçulmanos dão-lhes a sua preferência.

A evangelização, o ensino e o atendimento sanitário ajudaram os países africanos a agir por si próprios, preparando uma estirpe de futuros dirigentes. A independência também trouxe consigo uma sensação de alívio e de optimismo, embora acompanhada por confusão no plano de identidades: pensava-se que a lealdade ao próprio grupo, clã ou comunidade, seria substituída pela lealdade para com o novo país de cada um; um país que seria partilhado por antigos rivais e cujas fronteiras tinham sido traçadas de modo arbitrário por estrangeiros.

Uma democracia não consolidada

Entre muita gente, especialmente os analfabetos, também havia a sensação de ser impossível estar à altura dos seus antigos governantes ou administradores brancos, donos de uma «sabedoria» e tecnologia mais avançadas. Actualmente, milhares de jovens africanos estiveram já no estrangeiro, e utilizam o telemóvel e o computador portátil, e, para esta geração dinâmica e plena de energia, a sensação de inferioridade deu lugar ao «trabalhemos com eles», ou até «ensinemos-lhes algo de novo».

Este fenómeno acontece especialmente em países que tiveram paz e estabilidade desde a independência ou nos últimos 20 anos, imediatamente após os transtornos políticos e económicos causados pelo final da Guerra Fria. É o caso da maioria dos países da África oriental e central - de que trata especialmente este artigo -, incluindo o Ruanda e o Burundi, que estão a fazer grandes esforços para esquecer o genocídio do passado.

Surgiu o sistema pluripartidário de governo, impulsionado pelas democracias ocidentais. Em África, este tipo de democracia não pegou, como o

demonstra o súbito estalar de violência e tensões étnicas ocorrido no início de 2008 no Quénia, um país ao qual não falta consciência política.

Noutros países, a democracia de cariz ocidental tem sido travada pelo poder unipessoal nas suas diversas formas: um dirigente chega ao poder e, apesar de prometer eleições «livres e justas» no prazo de 5 anos, altera a Constituição, rodeia-se de assessores oportunistas, a maioria dos quais acabam por vir a mergulhar em corrupção e escândalos. O interesse de semelhante camarilha é manter-se no poder a qualquer preço. Mas já há indícios de que os votantes se apercebem disso e, mais cedo ou mais tarde, irão impulsionar uma mudança para um poder de base popular.

Enquanto o clientelismo ocupar o poder em África, o que vai interessar é quem é que conhecemos, quem nos pode dar um empurrão para ascensão social, e qualquer favor exigirá a devida contrapartida. A ganância e a corrupção são endémicas na maior parte de África, como em muitos países do mundo. O que se passa é que no continente africano são mais manifestas e evidentes.

O auge do sector informal

O período pós-Guerra Fria também despertou a capacidade de invenção naquilo que se conhece por «sector informal»: acabaram os donativos, as economias ressentiram-se, as pessoas tiveram de economizar. Mas as famílias tinham de sobreviver: por todo o lado surgiram pequenos empresários; por exemplo, de outros continentes importava-se roupa e outros bens em segunda mão ou de qualidade inferior. Agora, muitos desses mesmos empresários voam para Dubai, Banguecoque ou Guangzhou, de forma a encomendarem os produtos e organizarem o seu envio com destino a Mombaça.

Táxis públicos substituíram os autocarros municipais. Quem quer que tivesse alguma habilidade manual dedicou-a ao fabrico de cozinhas, utensílios e outros artigos básicos para o lar médio dos bairros que rodeiam as capitais, ou da própria capital. De repente, as ruas de Kampala, a capital do Uganda, e as de outras cidades transbordavam de táxis-bicicleta, a que se seguiram os mototáxis, os famosos «boda-bodas», que davam emprego a milhares de jovens. Os jovens dos dois sexos não tardaram a montar cabeleireiros; ter a barba e o cabelo bem cuidados é prioritário para os homens, tanto como o é um penteado à moda ocidental para as mulheres.

Urbanização acelerada

Sob o colonialismo, era habitual em muitos países que os «nativos» tivessem a sua residência limitada às «reservas». Só aqueles que trabalhavam para a população branca - criados, jardineiros, mensageiros, alguns poucos com conhecimentos administrativos elementares - estavam autorizados a viver em bairros de africanos nos arredores da cidade. Isto mudou na mesma altura em que as potências coloniais se foram embora, e desde então a urbanização continuou, actualmente a um ritmo possivelmente mais rápido do que em qualquer outra zona do mundo.

Os motivos do abandono do campo são as disputas pela terra, a incerteza da propriedade pela falta de títulos, a procura de educação e de uma «vida melhor» com todas as comodidades modernas, a demora dos pagamentos aos agricultores, e a ânsia em ter um trabalho «de colarinho branco», o qual, segundo se pensa, apenas pode ser obtido através da universidade.

Em Nairobi, por exemplo, milhares de jovens que têm um emprego a tempo inteiro frequentam a universidade de tarde para obter um título, e estudam e dormem quando podem. Numerosos jovens ruandeses e ugandeses estão a começar a sentir a mesma pressão para conseguirem uma formação. Há 40 anos, o Quénia tinha uma única universidade; agora, existem dezenas, repartidas por todo o país, que só admitem os melhores alunos. A maioria dos que cumprem os requisitos de ingresso não têm possibilidades de conseguir um lugar; e o mesmo sucede no conjunto dessa região africana.

Habitações de uma assoalhada

Esta emigração interna maciça criou problemas sociais. A imensa maioria dos habitantes das cidades africanas vivem em bairros de lata, no desemprego ou com subempregos, sem dinheiro para completar os seus estudos. Embora o ensino primário, e nalguns países também o secundário, seja agora «gratuito», o ensino de qualidade, como o atendimento sanitário de qualidade, continua a ser pago.

Os piores problemas sociais estão relacionados com as apavorantes condições higiénicas dos bairros de lata, e com o subemprego dos jovens do sexo masculino, os quais, a não ser que tenham sido bem educados e tenham iniciativa, podem cair facilmente na armadilha do delito. Além disso, nada têm a perder - na prisão, pelo menos, têm um sítio onde comer e dormir.

As habitações de muitas famílias amplas, com todos os seus membros amontoados numa assoalhada, talvez com parentes rurais a quem por tradição não podem recusar abrigo, contribuem para o comportamento promíscuo; e a promoção e ampla disponibilização de preservativos nalguns lugares, mais do que travar a SIDA, fomenta-a e ela vai-se estendendo.

A influência ocidental

Todos os países africanos têm três classes sociais: alguns poucos extremamente ricos, uma pequena classe média que sofre algumas dificuldades, e todos os restantes. As desigualdades estão à vista de toda a gente no caminho que vai do aeroporto à capital. Os bairros pobres surgem por todo o lado, mesmo ao lado de apartamentos de luxo, pois os urbanistas são poucos e as portarias locais não são cumpridas.

Até à criação de universidades privadas recentemente, os filhos da classe média emigravam para os EUA, a Grã-Bretanha ou a Índia para estudarem. Agora que, com as medidas anti-terroristas, o acesso aos vistos se tornou mais limitado, menos estudantes podem seguir esse caminho.

Contudo, o mundo ocidental ainda tem conseguido conservar o seu atractivo para os jovens africanos. Têm a sua influência os filmes de Hollywood, e agora os de produção nacional, especialmente no Uganda e na Nigéria, a música norte-americana feita por negros, os estilos de vestir e de se comportar, embora sem algumas das expressões grosseiras - os africanos têm um sentido do tacto e da decência que a cultura secular ocidental não eliminou.

O rasto da China

No entanto, pela calada e eficazmente, é a China quem mais está a contribuir para a criação de infra-estruturas: estradas principais, portos, aeroportos, estádios desportivos e edifícios públicos. A China precisa das matérias-primas africanas com urgência, em especial do petróleo, dos minerais e da madeira. Nos portos africanos saem recursos naturais e chegam milhares de contentores provenientes do Sudeste Asiático com tudo o que se possa imaginar, desde equipamentos de construção a brinquedos e doces, passando por móveis; tudo a preços mais baixos dos que o Ocidente pode oferecer.

Poucos lugares em África se ajustam hoje ao estereótipo africano: genocídio, fome, guerras civis, etc., mas em alguns sítios irá demorar a fazer-se a mudança. Todas as comunidades pastoris, especialmente nas zonas secas da África oriental e nor-nordeste, continuam a pensar que todo o gado do mundo lhes pertence; e a luta armada na Somália parece longe de alcançar uma solução permanente. Mas agora, que a África subsariana está na sua maior parte em paz, é de esperar um rápido desenvolvimento de todos os sectores, graças a uma enorme e crescente população jovem.

M. D.

CONGO, O PAÍS DO IMPREVISÍVEL

«Congo, país das surpresas», declarava Thomas Kanza em 1960. «A fórmula acertada era tão apropriada às mudanças de situações deste período, já de si agitado, que se converteu numa espécie de adágio... Quando é invocada, será certamente para desenvolver a longa ladainha de esperanças atraiçoadas, de expectativas frustradas, de decepções renovadas: todos os sintomas desse pessimismo inveterado, tão característico da opinião pública congolesa há décadas [...]» (Sob a direcção de Elikia M'Bokolo, *Elections démocratiques en RDC: dynamiques et perspectives*, OIF e PNUD, Kinshasa, AGB, 2010, pp. 9-10.) Como conseguir que desapareça, quando todos os dias parece sussurrar-nos ao ouvido: ontem, estávamos melhor?

Então, que fizemos em 50 anos de independência? «No país de Lumumba nada do que se programa chega a realizar-se e, pelo contrário, o que se realiza é quase sempre imprevisível. Além disso, tudo o que acontece costuma suceder na sua máxima dimensão, como se o relativo estivesse proscrito em benefício do superlativo.» [Isidore Ndaywel è Nziem, «Regard sur l' histoire politique des Congolais à l' épreuve des élections (1957-2007)», em *Elections démocratiques en RDC: dynamiques et perspectives*, cit., p. 31.] Pode dizer-se isto das eleições de 2006, apesar das desordens entre as duas voltas da eleição presidencial e do discurso separatista étnico Leste-Oeste; e ainda da zairização, das rebeliões, da personalização do poder e do caos financeiro... enfim, da má gestão.

Herança colonial e primeira república

«Quando a República Democrática do Congo acedeu à independência, em 30 de Junho de 1960, a decoração para a sua prosperidade estava disposta a partir da herança colonial. Isto justificava-se pela existência de uma rede de estradas relativamente densa... assim como pelo funcionamento de múltiplas empresas mineiras que tinham permitido à colonização belga fazer o que se veio a chamar de 'milagre económico' do Congo belga. No plano social, o país dispunha de uma importante rede de escolas, dirigidas principalmente por missionários, assim como de excelentes serviços de saúde. As suas cidades e os seus centros urbanos ofereciam a imagem de comunidades integradas nas quais os vários grupos conviviam harmoniosamente.» (Samba Kaputo, *Phénomène d'ethnicité et conflits ethno-politiques en Afrique noire post-coloniale*, PUZ, Kinshasa, 1982, p. 9.)

Ter-se-ia de relativizar este ponto de vista sobre a integração nos centros urbanos. Sabemos que existia uma separação entre brancos e negros, entre os escolarizados e as outras categorias sociais. Na administração, o lugar mais baixo da hierarquia do belga era o limite a que podia ascender o congolês.

Apesar destas discriminações raciais e sociais, poder-se-ia pensar que, graças a estes activos, principalmente económicos, o país evoluiria para um futuro melhor. Não se tinha em conta a sede do poder pelo poder, sem contrapartida para o povo.

Mas havia também os demónios da Primeira República: os motins da força pública, as secessões do Kasai do Sul e do Katanga, os assassínios políticos, as rebeliões... Este quadro sombrio não oculta a experiência democrática da Primeira República, um êxito, com a adopção de uma nova Constituição, chamada de «Luluaburg», e as eleições de 1965 antes do golpe de Estado do tenente-coronel Mobutu. Tendo acedido à independência sem quadros universitários, a Primeira República ofereceu alguns dirigentes como Thomas Kanza, Lihau, Tshisekedi, Mabika Kalanda...

O Estado presidencial de Mobutu

Uma calma de fachada seguiu-se à tomada do poder por Mobutu, em 24 de Novembro de 1965. Caracterizava-se por «uma certa melhoria no aspecto económico... Infelizmente, este relançamento económico não foi acompanhado por uma melhoria das condições sociais da população, devido a uma gestão caótica caracterizada pela desordem financeira. A população europeia colonial tinha sido substituída por uma casta composta essencialmente por membros da família e de 'amigos fiéis' do novo presidente.» (Kabanda Kana K., *L'interminable crise du Congo--Kinshasa*, l'Harmattan, Paris, 2005, p. 120.)

De uma gestão ortodoxa guiada pela rendibilidade nos tempos do colonialismo belga, tinha-se passado a uma gestão patrimonial, uma personificação do poder como nos tempos de Leopoldo II, uma transformação do exército nacional num exército de uma só etnia e região, encarregado de reprimir os opositores, em vez de proteger os cidadãos e de guardar as fronteiras, uma zairização através da criação de uma burguesia local que de facto implicava uma redistribuição das empresas estrangeiras pelos familiares e amigos do presidente... Esta destruição da economia nacional por decisões políticas ilusórias e sem reflexão minou a superestrutura congolesa até hoje.

Todavia, durante este período houve uma recuperação do défice educativo a todos os níveis. Se durante a colonização menos de 100 alunos terminavam o ensino secundário anualmente, quando Mobutu abandonou o poder eram 200 000. Se em 1960 não havia universitários, agora há milhares todos os anos... com destino ao desemprego. O Congo estava em construção, apesar das metamorfoses do processo, mesmo que o Estado estivesse falido e a participação política em ponto morto.

O renascimento do Congo

Após uma transição de 16 anos (1990-2006) com três chefes de Estado, a mais longa de África (outro superlativo!), a RDC organizou eleições democráticas para resolver a questão da legitimidade e da legalidade dos governantes. Mas os direitos humanos estão longe de ser uma preocupação do regime, observando os últimos assassínios e o que acontece no Leste do país. Sem esquecer que as eleições locais, que permitiriam a expressão do Congo profundo, foram adiadas *sine die*.

Cinquenta anos depois, pensou-se em refazer a rede viária da capital, Kinshasa, e unir entre si algumas províncias, mas muitos territórios continuam enclaves. As telecomunicações avançaram. Kinshasa encontra--se numa vasta obra em construção e os bancos desenvolvem-se a um ritmo desenfreado (de menos de 10 000 contas correntes no ano 2000, passou-se para 400 000 em 2009), embora nenhum banco mundial de topo se tenha instalado no país.

Segundo dizia o economista francês Jacques Attali na televisão em Novembro último, a RDC é um dos futuros países emergentes. Mas é necessária uma verdadeira planificação do desenvolvimento. A *glasnost* e a *perestroika* devem inscrever-se no centro da gestão do poder estatal. Criar um exército republicano e forte é uma necessidade fundamental. A redistribuição dos recursos nacionais é uma exigência, e a aplicação da lei, uma garantia para o futuro.

P. M. M.